

CURSO	DISCIPLINA	PROFESSORA	DATA	MENÇÃO	CIENTE
3º S3	Língua Portuguesa, Literatura	Renata Fernandes	09/10	B	Livia P.
NOME ALUNO (A): Livia Penezu					Ano/Módulo:

Bases Tecnológicas	Habilidades Trabalhadas	Crítérios de Desempenho
Texto Dissertativo- Argumentativo	Interpretação textual com base em reflexões;	Assunto, Estilo e Gramática

ITENS QUE SERÃO AVALIADOS	
I- ASSUNTO	1- Conhecimento do assunto; 2- Seleção de ideias em função do tema; 3- Coerência das ideias dentro do contexto;
II- ESTILO	1- Clareza, propriedade, precisão; 2- Criatividade;
III- GRAMÁTICA	1- Ortografia; 2- Pontuação; 3- Morfologia

Observações:

---



---



---



---



---



---

**Produção Textual: Texto Dissertativo- Argumentativo**

Apresento a proposta de produção de texto Dissertativo Argumentativo:

A partir das reflexões e leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**Material de Apoio: Textos**

Bom Trabalho!  
Renata Fernandes

## TEXTO I

Você sabe quais são as comunidades e os povos tradicionais brasileiros?

Talvez indígenas e quilombolas sejam os primeiros que passam pela cabeça, mas, na verdade, além deles, existem 26 reconhecidos oficialmente e muitos outros que ainda não foram incluídos na legislação. São pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apanhadores de flores sempre-vivas, caatingueiros, extrativistas, para citar alguns, todos considerados culturalmente diferenciados, capazes de se reconhecerem entre si. Para uma pesquisadora da UnB, essas populações consideram a terra como uma mãe, e há uma relação de reciprocidade com a natureza. Nessa troca, a natureza fornece “alimento, um lugar saudável para habitar, para ter água. E elas se responsabilizam por cuidar dela, por tirar dela apenas o suficiente para viver bem e respeitam o tempo de regeneração da própria natureza”, diz.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado)

## TEXTO II

Povos tradicionais do Brasil

Estados com a maior concentração de famílias



Fonte: Ministério Público Federal.  
Infográfico elaborado em: 25/10/2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

### TEXTO III

#### Povos e comunidades tradicionais

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) preside, desde 2007, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2006. Fruto dos trabalhos da CNPCT, foi instituída, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT foi criada em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado. Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

### TEXTO IV

Carta da Amazônia 2021 Aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)

Não podia ser mais estratégico para nós, Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras, reafirmarmos a defesa da sociobiodiversidade amazônica neste momento em que o mundo volta a debater a crise climática na COP26. Uma crise que atinge, em todos os contextos, os viventes da Terra! Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros. Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado, com empresas que apoiam legislações ambientais que ameaçam nossos direitos e com mecanismos de financiamento que não condizem com a realidade dos nossos territórios. Propomos o que temos de melhor: a experiência das nossas sociedades e culturas históricas, construídas com base em nossos saberes tradicionais e ancestrais, além de nosso profundo conhecimento da natureza. Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham a ameaçar nossos territórios, nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir. Amazônia, Brasil, 20 de outubro de 2021.

Entidades signatárias: CNS; Coiab; Conaq; MIQCB; Coica; ANA Amazônia e Confrem

Disponível em: <https://s3.amazonaws.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).



Título: Direitos territoriais de povos indígenas

No dia 7 de fevereiro de 2014 foi instituído o decreto Nº 6.040, conhecido como PNPCT (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais) que busca reconhecer e preservar outras organizações sociais.

Os problemas relacionados a garantia dos direitos dessas outras organizações se inicia quando apenas 26 dessas comunidades são reconhecidas.

Atualmente, a situação que mais reflete a negligência do governo quanto aos povos indígenas é a questão das queimadas na região da floresta amazônica, que só aumentou nos últimos dois meses, assim prejudicando diversas aldeias visando o crescimento da agro-pecuária.

No ano de 2021 povos nativos escreveram a carta da Amazônia para os participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que nela fazem um apelo para a garantia de seus direitos. "Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as ~~meu~~ reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros. Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado."

É necessário uma intervenção do Estado para proibir as queimadas ilegais do território da Amazônia e garantir por meio de políticas públicas de vigilância que os direitos desses povos estão sendo garantidos.

# Tema Conclusão

Título: Direitos territoriais de povos indígenas

No dia 7 de fevereiro de 2014 foi instituído o decreto nº 6.040, conhecido como PNCT (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais) que busca reconhecer e preservar outras organizações sociais.

Os problemas relacionados a garantia dos direitos dessas outras organizações se inicia quando apenas 26 dessas comunidades são reconhecidas.

Atualmente, a situação que mais reflete a negligência do governo quanto aos povos indígenas é a questão das queimadas na região da floresta amazônica, que só aumentou nos últimos dois meses, assim prejudicando diversas aldeias visando o crescimento da agro-pecuária.

No ano de 2021 povos nativos esmeraram a carta da Amazônia para os participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que nela fazem um apelo para a garantia de seus direitos. "Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as ~~meias~~ reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros. Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado."

É necessário uma intervenção do Estado para proibir as queimadas ilegais do território da Amazônia e garantir por meio de políticas públicas de vigilância que os direitos desses povos estão sendo garantidos.